

REMODELAÇÃO NO GOVERNO

## Nyusi aposta em ministros “próximos” e aumenta o controlo sobre sectores estratégicos da economia

●Filipe Nyusi operou a mais profunda remodelação governamental. Reposicionou alguns ministros, como são casos de Adriano Maleiane, Ernesto Max Tonela e Carlos Mesquita. Descartou outros, com destaque para Carlos Agostinho do Rosário (membro da Comissão Política) e João Osvaldo Machatine, o “pai grande” das portagens ilegais na Estrada Circular de Maputo. Era bom que ele também começasse a pagar do seu próprio bolso, tal como o fazem milhares de cidadãos injustiçados deste Moçambique.



● A remodelação acontece a três (3) anos do fim do mandato, mas também a cinco (5) meses do Congresso que vai eleger o candidato da Frelimo às eleições presidenciais de 2024. O que é que Filipe Nyusi quer transmitir com estas mexidas no Governo? Será o velho estribilho de nova dinâmica? Estará a reposicionar as pedras a pensar na anunciada guerra pela sucessão? Terá sido uma estratégia para “sacrificar” governantes desavindos ou desalinados? Ou para promover certos governantes? O que vai mudar? Ou melhor, haverá mudança no deserto de ideias que é o Governo de Nyusi? Perguntas que só o tempo irá responder.

● Seja como for, Filipe Nyusi tem agora o controlo sobre as Finanças, por via de Ernesto Max Tonela, um dos ministros que integra o núcleo duro do Presidente da República; mantém o controlo nos Recursos Naturais e Energia – onde promoveu um antigo subordinado de Max Tonela; tem domínio total sobre as Obras Públicas, através do “velho amigo” Carlos Mesquita. Sendo novos no Governo, Silvino Moreno (Indústria e Comércio) e Lídia de Fátima Cardoso (Mar, Águas Interiores e Pescas) estão vinculados ao princípio de obediência ao chefe.

● No actual sistema de governação, o Primeiro-ministro é uma figura simbólica, sem peso político sobre os ministros, muito menos influência sobre o Presidente da República. Só aparece quando o Governo vai à Assembleia da República. Por isso, Nyusi pode ter oferecido um estágio pré-reforma a Adriano Maleiane, o mais velho membro do Governo. 71 anos é idade para descansar e desbobinar as suas memórias de dirigismo num livro.

Nos últimos dois dias (quarta e quinta-feira), Filipe Nyusi operou a mais profunda remodelação do Governo desde que chegou à Presidência da República em Janeiro de 2015. A “dança de cadeiras” teve como palco os sectores estratégicos da actividade económica, onde o Presidente da República exonerou os titulares da Economia e Finanças (Adriano Maleiane); dos Recursos Naturais e Energia (Ernesto Max Tonela); das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (João Osvaldo Machatine); da Indústria e Comércio (Carlos Mesquita); e do Mar, Águas Interiores e Pescas (Augusta Maíta).

Carlos Siliya também foi afastado do Ministério dos Combatentes, órgão central do Governo cuja função é registar e pagar pensões aos combatentes (e seus descendentes) que lutaram pela Independência e aos que estiveram envolvidos na guerra civil. Na quinta-feira, enquanto se aguardava pelo anúncio de novos ministros, Nyusi fez cair o Primeiro-ministro (Carlos Agostinho do Rosário) e a Vice-Ministra da Saúde (Lídia de Fátima Cardoso).

Como é de praxe, o Presidente da República de Moçambique não explica aos cidadãos as razões que o levam a exonerar membros do Governo. Basta dizer que fê-lo no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea b) do número 1 do artigo 159 da Constituição da República. O povo – seu Patrão – fica “satisfeito” e aguarda pelo comunicado das nomeações.

E o comunicado anunciando os novos min-

istros foi divulgado ao cair da tarde desta quinta-feira. Com várias novidades, desde logo a nomeação de Adriano Maleiane para Primeiro-ministro. Sua exoneração da pasta da Economia e Finanças onde serviu como ministro durante os últimos sete (7) anos parecia sinalizar uma reforma merecida. Com 71 anos de idade, Maleiane é o membro do Governo mais velho. Ele merece ir à reforma.

Mas a sua indicação para Primeiro-ministro também pode significar “descanso”. Na governação de Filipe Nyusi, o Primeiro-ministro tem sido uma figura simbólica, sem peso político sobre os ministros. Apesar de ter sido um dos governantes mais experimentados, Carlos Agostinho do Rosário foi um Primeiro-ministro opaco, sempre ofuscado por ministros brilhantes (Armindo Tiago, da Saúde) e outros próximos do Presidente da República (Celso Correia, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, e o agora “descartado” João Machatine, que servia nas Obras Públicas).

Nos termos da Constituição da República, compete ao Primeiro-ministro, entre outras, aconselhar o Presidente da República na criação de ministérios e comissões de natureza ministerial, e na nomeação de membros do Governo e de outros dirigentes governamentais; elaborar e propor o plano de trabalho ao Presidente da República; garantir a execução das decisões dos órgãos do Estado pelos membros do Governo; presidir às reuniões do Conselho de Ministros destinadas a tratar da implementação das políticas definidas e

outras decisões; coordenar e controlar as actividades dos ministérios e outras instituições governamentais.

Carlos Agostinho do Rosário não exercia plenamente essas competências. Por várias razões. Por exemplo, os superpoderes atribuídos à figura do Presidente da República geralmente deixam o titular do cargo sem muita sensibilidade para ouvir conselhos dos seus subordinados, sobretudo na hora de nomear membros do Governo. E mais: é impensável que Carlos Agostinho do Rosário coordenava e a controlava as actividades do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, cujo titular é Celso Correia, o “superministro” e homem de confiança de Filipe Nyusi.

As únicas competências que Carlos Agostinho do Rosário exercia na plenitude são aquelas que estão no âmbito da relação entre Governo e Assembleia da República. Chefiava o Executivo na apresentação do Programa Quinquenal do Governo; da proposta de Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado; nas sessões de informações do Governo e de perguntas ao Governo. De vez em quando, aparecia a conferir posse a dirigentes de institutos públicos e outras instituições de Estado. E era um visitante assíduo das vítimas de calamidades naturais. A pergunta que fica é de saber se Maleiane será mais uma figura simbólica no Governo de Filipe Nyusi.

Sem muita novidade foi a indicação de Ernesto Max Tonela para as Finanças, tal como o CDD havia avançado nas suas plataformas digitais na tarde de quarta-feira. Economista

de formação, Ernesto Max Tonela é dos poucos ministros que “girou” por três ministérios nos dois governos de Filipe Nyusi. Em 2015 deixou a Hidroeléctrica da Cabora Bassa (HCB), onde administrava as finanças, para exercer as funções de Ministro da Indústria e Comércio. Foi aqui onde fez o seu tirocínio de governante, antes de ser nomeado para liderar o estratégico Ministério dos Recursos Minerais e Energia, em Dezembro de 2017.

Deu seguimento à expansão da rede nacional de energia eléctrica, impulsionou as negociações com as petrolíferas que exploram gás natural da Bacia do Rovuma, tendo sido sob sua liderança (2019) que foi tomada a Decisão Final de Investimento do Projecto Golfinho/Atum, da Área 1, actualmente liberado pela francesa Total. Orçado em mais de 23 mil milhões de dólares, trata-se do maior investimento directo estrangeiro em África, entretanto interrompido devido aos ataques dos extremistas violentos em Cabo Delgado.

Ernesto Max Tonela liderou os trabalhos que culminaram com a admissão de Moçambique no Processo Kimberley, um mecanismo internacional de controlo do negócio de diamantes para evitar que sejam usados para financiar guerras e/ou conflitos armados. Aqui é preciso destacar o engajamento do CDD que foi fundamental para a adesão de Moçambique no Processo Kimberley, permitindo ao país explorar e vender os diamantes que ocorrem nas províncias de Gaza, Manica, Tete e Niassa.

Resta saber se Ernesto Max Tonela irá imprimir novas dinâmicas no Ministério da Economia e Finanças, cujo desempenho nos últimos sete anos não foi muito além das tradicionais funções: cobrar receitas para pagar despesas públicas, incluindo salários de funcionários e dívida do Estado. Aliás, não se conhece uma única política económica que saiu daquele ministério durante o “consulado” de Adriano Maleiane.

Outro ministro próximo ao Presidente da República e que está no terceiro ministério é Carlos Mesquita. Em 2015 “desligou-se” dos negócios para ocupar o cargo de Ministro dos Transportes e Comunicações. Não tardou que suas empresas (Cornelder) fossem associadas a negócios de Estado, suscitado o velho problema de conflito de interesses. Sobreviveu à “agitação”, com exigências de demissão à mistura. Terminou o mandato (cinco anos) sem conseguir resolver os problemas de falta de transporte urbano, sobretudo na zona metropolitana de Maputo, da corrupção no instituto responsável pelos transportes terrestres e sem solução consistente para a cabotagem.

Em Janeiro de 2020 foi colocado no Ministério da Indústria e Comércio, mas seu desempenho ainda não tinha despontado. Vai agora dirigir outro ministério estratégico e com grandes desafios: construção e



reabilitação de estradas; habitação para jovens, água potável e gestão das bacias hidrográficas para evitar secas e cheias cíclicas. Seu antecessor (João Osvaldo Machatine) foi “campeão” de adjudicações directas de obras de reabilitação de sanitários escolares e criação de condições de higiene no âmbito das medidas de prevenção da COVID-19. Foram dezenas de milhões de dólares distribuídas a empresas escolhidas a dedo para executar obras de péssima qualidade e algumas inacabadas.

João Osvaldo Machatine sai com a fama de ser o ministro responsável pela instalação de portagens na Estrada Circular de Maputo, um negócio milionário que vai enriquecer as elites no poder. Todos os processos que culminaram com a instalação das portagens na Circular de Maputo (uma estrada construída com fundos públicos) não foram transparentes, desde a extinção da empresa pública Maputo Sul que era responsável pela Estrada Circular e Ponte Maputo-KaTembe, criação da empresa privada REVIMO; a concessão do negócio das portagens da Circular de Maputo e outras vias à REVIMO; a fixação das taxas a pagar.

Para defender o direito dos cidadãos ao desenvolvimento e à justiça social, o CDD desencadeou uma campanha contra as portagens na Estrada Circular de Maputo, tendo recorrido inclusive ao Tribunal Administrativo para intentar uma acção popular e mais tarde uma providência cautelar com vista a travar o início da cobrança das taxas. Mas o então Ministro João Machatine sempre assumiu uma postura arrogante, nunca abriu-se ao diálogo e conseguiu instrumentalizar o Tribunal Administrativo para viabilizar a cobrança de taxas de portagens. A grande questão é saber como é que Carlos Mesquita irá se posicionar perante o assunto das portagens na Circular de Maputo. O CDD não vai desistir da luta.

A remodelação trouxe novas caras no Governo, com destaque para Carlos Zacarias, o Ministro dos Recursos Minerais e Energia. Quadro de casa e conhecedor dos corredores, Zacarias estava a cumprir o segundo mandato como PCA do Instituto Nacional de Petróleo (INP), o regulador do sector de hidrocarbonetos. Como ministro, vai agora lidar com o debate da transição energética; a saída anunciada da Vale das minas de carvão de Tete; as negociações para a retoma dos projectos de gás natural em condições complexas de segurança e direitos humanos; o respeito pelos direitos humanos das comunidades nas áreas de extracção de recursos naturais e a contribuição da indústria extractiva no desenvolvimento socioeconómico.

Lídia de Fátima Cardoso saiu da Saúde (era Vice-Ministra de Armindo Tiago) para liderar o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, em substituição de Augusta Maíta. Depois de cumprir o papel de candidata derro-

tada da Frelimo na corrida à presidência da autarquia da Beira em 2018, Augusta Maíta foi nomeada Directora-geral do então Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. Entrou para o (segundo) Governo de Filipe Nyusi em 2020, para dirigir a pasta do Mar, Águas Interiores e Pescas. Demonstrou dinamismo, mas o trabalho daquele ministério parece não ir muito além de decretar vedas de pescaria, li-

cenciar barcos estrangeiros para a pesca de camarão, atum e outras espécies, e realizar a fiscalização.

Silvino Moreno vai “estrear” no Governo dirigindo o Ministério da Indústria e Comércio. É o novo interlocutor do sector privado nas discussões sobre a melhoria do ambiente de negócios. Certamente que vai assumir o discurso da industrialização de Moçambique,


uma promessa falhada de Filipe Nyusi. Quem também vai marcar a sua estreia no Governo é Amílcar Tivane, nomeado Vice-Ministro da Economia e Finanças. Tivane é quadro das Finanças e já foi Director Nacional do Orçamento. Carlos Mesquita tem dois auxiliares de peso nas Finanças, leia-se dois vice-ministros. Falta nomear o sucessor de Carlos Siliya no Ministério dos Combatentes.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**

**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

